



**BELEM TEM QU
NO NÚMERO DE R**



**DE CORPO
E ALMA**

CLIPPING



30 e 31 de
JULHO
2022

RD REPÓRTER
DIÁRIO**BALEAMENTO**

A Promotoria Militar determinou ontem a instauração de um conselho de disciplina em desfavor do policial militar que baleou um fotógrafo em meio a uma briga de rua iniciada pelo próprio PM. A vítima intercedeu tentando defender da agressão sua esposa e filho. O caso, ocorrido em Ananindeua, teve ampla repercussão junto à população. O militar pode vir a ser expulso da corporação, dependendo das investigações. Segundo o promotor militar Armando Brasil, o Comando da Polícia Militar tomou a iniciativa de afastar preventivamente o policial militar do serviço de rua.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfincosta@gmail.com

PRESIDENTE DO TJAC RECEBE MÉRITO JUDICIÁRIO DO TJPA

A presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, agradeceu a presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Waldirene Oliveira da Cruz Lima Cordeiro com a insígnia da Ordem do Mérito Judiciário no grau Grã-Cruz, durante solenidade realizada na última terça-feira, 26, no Salão Nobre do prédio-sede do TJPA.



Por unanimidade, Ouvidora da DPE é reconduzida ao cargo

Norma Miranda Barbosa, ouvidora-externa da Defensoria Pública do Pará (DPE), foi reconduzida ao cargo, por unanimidade, pelas entidades de defesa de direitos humanos do estado. A posse oficial e a popular - na Igreja Evangélica da Confissão Luterana do bairro da Pedreira - ocorreu na última quarta-feira. Houve oferta de serviços como emissão de carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho (CTPS) e orientação jurídica. Houve uma roda de conversa sobre o tema "Violência de Gênero e Doméstica". Norma também ocupa o cargo de Secretária de Cultura no Conselho de Presidentes dos TJs do Brasil.

TRE do Pará promove exposição "Memórias Políticas de Santarém"

O TRE do Pará abriu em Santarém a exposição "Memórias Políticas de Santarém" que, por meio de fotografias, painéis e vídeos conta um pouco da história e da formação política do município do oeste paraense. A mostra é composta por cerca de 70 peças e pode ser vista de forma permanente no hall do Fórum Eleitoral Desembargador Manoel Caccella Alves. A abertura da exposição dia 11/07 contou com a presença do ministro do TSE, Carlos Bastide Horbach. O Centro Cultural João Fona também inaugurou a mostra que ficou aberta à visitação no local durante dez dias.



Círio 2022: TRT8 inicia divulgação e campanha e busca de parceiros

As magistradas Maria Zulla Dutra e Vanilza Malcher, gestoras do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem do TRT8 iniciaram a divulgação e busca de parceiros para a Campanha do Círio 2022, com o tema: "Maria Mãe e Mestreira, desperta nas crianças e nos adolescentes, o interesse pelo saber e pela educação transformadora de suas realidades". Na última terça-feira as magistradas estiveram no gabinete da desembargadora presidente do TRT-8, Graziela Colares, onde fizeram a entrega simbólica da camisa da campanha e outros materiais de divulgação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**VERA CASTRO**
vera.castro@diariodopara.com.br

A programação dos órgãos do Poder Judiciário para todo este ano prevê 11 feriados nacionais e oito pontos facultativos.

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) participou da campanha "Fome Zero aos Catadores-ODS2", que entregou mais de duas toneladas e meia de alimentos às cooperativas de catadores de recicláveis da Região Metropolitana de Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> MULHER POLÍTICA

A desembargadora Tânia Reckziegel, ouvidora da Mulher do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis, estará em Belém no próximo dia 2. A magistrada, que é conselheira e ouvidora nacional de Justiça, vai participar da instalação da Ouvidoria da Mulher, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. O evento será marcado por uma roda de conversa com o tema “Ouvidoria da Mulher: um espaço de participação social”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EMPOUCASLINHAS

- **Com os novos dirigentes já eleitos, a Associação do Ministério Público do Estado do Pará (Ampep) confirmou para o dia 18 de agosto a solenidade de posse.**
- Na ocasião, no salão nobre da Assembleia Paraense, serão empossados os promotores Alexandre Tourinho e Fábيا Fournier como, respectivamente, presidente e vice da entidade.
- **O atual presidente, Márcio Maués, deixa o cargo após dois mandatos.**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

POLÍTICA ESTADUAL PARA MIGRANTES

Conheça lei que garante acesso a direitos e serviços

CIDADANIA - Instrumento estimula a integração na sociedade e dá esperança a estrangeiros que vivem no Pará

LAÍS SANTANA
DA REDAÇÃO

Entrou em vigor em 13 de julho a lei nº 9.662, que institui a Política Estadual para Migrantes, estabelecendo políticas e serviços públicos, sob articulação da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), com objetivos de garantir ao migrante que chega ao Pará o acesso a direitos sociais e aos serviços públicos; a promoção e o respeito à diversidade e à interculturalidade, na prevenção a violações de direitos, e para fomentar a participação social e desenvolver ações coordenadas com a sociedade.

A lei considera como população migrante todas as pessoas que se transferem de seu lugar de residência habitual em outro país para o Brasil, compreendendo migrantes laborais, estudantes, bem como suas famílias, independente-

mente da situação migratória e documental.

Quanto aos princípios, a política estadual contém oito itens: a isonomia de direitos e de oportunidades, observadas as necessidades específicas de migrantes; o combate ao xenofobismo; o atendimento individualizado de acordo com as peculiaridades de cada grupo; a capacitação dos agentes públicos para poder atender a demanda dos refugiados; promoção da regularização da situação da população; a não criminalização da migração; respeito à identidade de gênero, orientação sexual; acesso à saúde, educação e assistência social.

A sanção da lei foi celebrada pela Comissão de Relações Internacionais da Ordem dos Advogados Brasil, seção Pará (CRI-OAB/PA), que colaborou diretamente para a elaboração e aprovação da lei no parlamento estadual.

“O Pará se tornou o destino e local de passagem do fluxo migratório internacional. Começaram a chegar inúmeras nacionalidades, com isso a administração pública e a sociedade civil começaram a atender a demanda, mas nós tínhamos um grande obstáculo, já que o Pará não tinha uma legislação específica voltada para imigrantes e refugiados, não tínhamos legalmente previsto uma política que tratasse essa temática. Foi então que essa nova legislação ingressou no Ordenamento Jurídico Estadual e inaugurou as legislações migratórias”, explica Samuel Medeiros, presidente da CRI-OAB/PA.

A elaboração da lei contou com a contribuição dos indígenas Warao, que participaram das audiências públicas levando sugestões.

Norberto Nunes, de 30 anos, é um indígena Warao que buscou refúgio no Brasil

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Ange-Carlos

Zantangni, natural de Benim, diz que lei ajuda no combate à discriminação



Vida melhor

Warao

"Tudo que a lei está falando nós precisamos e junto com ela nós podemos caminhar", afirma Norberto Nunes, de 30 anos, indígena Warao que buscou refúgio no Brasil.

há quatro anos. Por falar bem a língua portuguesa, há um ano ele foi contratado como intérprete na Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho (SEMCAT), de Ananindeua. Para o indígena, a lei representa esperança de que a vida no Pará pode ser melhor também para os refugiados. "Tudo que a lei está falando nós precisamos e junto com ela nós podemos caminhar", diz.

O estudante Ange-Carlos Zantangni, de 21 anos, é natural de Benim, na África, e veio para o Brasil por meio de um programa de intercâmbio. Logo que chegou a Belém ele começou a procurar emprego, mas depois de um tempo percebeu que as experiências de trabalho que trouxe da África

não se encaixavam nas vagas que encontrava na cidade. Foi então que surgiu a oportunidade de fazer um curso de barista voltado para estrangeiros em uma escola especializada. Após o curso, ele recebeu algumas propostas de emprego e foi contratado por uma cafeteria.

Ange-Carlos avalia que a lei é muito importante, já que estimula a integração na sociedade paraense. "É uma lei que ajuda muito para que o estrangeiro seja tratado como quase um brasileiro. "Eu falo 'quase' porque somos estrangeiros, não temos a nacionalidade brasileira, mas nos consideramos como brasileiro por causa de leis como essa, que lutam contra todo tipo de discriminação".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

No Marajó, polícia prende trio que teria incendiado casas de ribeirinhos em área de disputa de terra; suspeitos são funcionários de fazenda

Na zona rural de Santa Cruz do Arari, ao menos três casas foram totalmente destruídas pelo fogo. Um cachorro morreu no local. Polícia suspeita que ordem teria vindo de proprietários da fazenda Santa Elias.

Por Taymã Carneiro, g1 Pará — Belém
30/07/2022 12h10 · Atualizado há um dia



Casa incendiada em área de disputa no Marajó. — Foto: Reprodução

A Polícia Civil de Soure prendeu em flagrante, neste sábado (30), três suspeitos de envolvimento no incêndio que destruiu ao menos três casas de madeira durante um ataque

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

a agricultores ribeirinhos na zona rural de Santa Cruz do Arari, no arquipélago do Marajó. Entre os presos, está um encarregado da fazenda Santa Elias. Uma arma utilizada no ataque foi apreendida.

Segundo a polícia local, o incêndio foi na noite de quarta-feira (27) e teria sido provocado por funcionários de uma fazenda, cuja área é alvo de disputas na região. Não houve pessoas feridas. Um cachorro morreu no local.

A ação policial foi coordenada pela Superintendência de Polícia Civil do Marajó Oriental, com o delegado Rodrigo Amorim.

Agricultores ribeirinhos denunciam incêndios provocados por homens armados, no Marajó, PA

Moradores relatam que foram surpreendidos por pistoleiros e seguranças, que estariam agindo a mando dos proprietários da fazenda.

As casas atingidas pelo fogo ficam na vila Joviniano Pantona, na região do rio Mocoões.

O Ministério Público do Pará (MPPA) e a Defensoria Pública do Estado (DPE) foram ao local, no início de junho, apurar a situação fundiária do imóvel em disputa. Neste sábado (30), o g1 procurou os órgãos, mas eles ainda não se manifestaram sobre o caso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia interdita estabelecimento que funcionava como ponto de tráfico de drogas em Salinópolis, no Pará

Um adolescente foi encontrado em coma alcoólico no local, que também foi interditado por causar poluição sonora.

Por g1 Pará — Belém

30/07/2022 10h36 · Atualizado há 2 dias



Operação Verão 2022 interdita estabelecimento em Salinópolis, no Pará. — Foto: Reprodução / Segup

Agentes da operação Verão 2022 interditaram um estabelecimento comercial na Praia do Atalaia, próximo ao atalho da Sofia, em Salinópolis, no nordeste do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O ponto já havia sido notificado por tráfico de drogas e poluição sonora e foi fechado na tarde de sexta-feira (29) por policiais civis, em ação integrada com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup).

A Segup informou que a decisão de interdição foi baseada na documentação reunida pelos policiais, que identificaram um adolescente encontrado em coma alcoólica e consumo de drogas, além de quantidade considerável de entorpecentes no local durante a busca realizada no último dia 24.

As apurações da Segup, Tribunal de Justiça, Divisão Especializada em Meio Ambiente e Proteção Animal (Demapa) e Divisão de Polícia Administrativa (DPA) apontaram, no último domingo (24), suspeitas de tráfico de entorpecentes e poluição sonora, afetando a população do entorno.

Após diligência, o estabelecimento foi interditado por cinco dias, prazo encerrado hoje. Somente com decisão judicial favorável poderá voltar ao funcionamento, de acordo com a Segup.

De acordo com o coronel Castro Alves, da coordenação da Operação em Salinas, o estabelecimento já estava sendo acompanhado ao longo do mês pelos órgãos de segurança.

Uma interdição por 30 dias foi deferida pela Justiça, proibindo também qualquer uso de fonte sonora, além de estabelecer multa diária pelo descumprimento de R\$ 100 mil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ouvidoria da Mulher da Justiça Eleitoral do Pará será oficializada na terça (2/8)

**OUVIDORIA DA
MULHER**
Tribunal Regional Eleitoral do Pará

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará,
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
tem a honra de convidar para a Sessão de Instalação da:

OUVIDORIA DA MULHER DO TRE PARÁ.

Participação:
Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel
Ouvidora Nacional da Mulher - CNJ

Tribunal
Regional
Eleitoral
do Pará

Arte: TRE-PA

Compartilhe

A instalação da Ouvidoria da Mulher do Tribunal Eleitoral do Pará (TRE-PA) ocorre na próxima terça-feira (2/8), às 8h30. A ouvidora da Mulher do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desembargadora Tânia Reckziegel, participa da programação.

“O público-alvo são todas as magistradas, servidoras, estagiárias, terceirizadas, também as eleitoras e candidatas do estado. E atenderá as mulheres trans, também alinhado com a campanha ‘Respeite Meu Nome’, chamando essas mulheres para incluir seu nome social no título de eleitor”, conta a juíza do TRE-PA Rosa Navegantes, coordenadora da nova unidade.

A magistrada conta que o Tribunal já vem com ações como a campanha Sinal Vermelho, que reforçou o apoio às mulheres vítimas de violência durante o isolamento social na pandemia da Covid-19. “A instalação de uma Ouvidoria da Mulher, então, é consequência de inúmeras ações que viemos implementando nos últimos anos.”

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“Será um passo histórico para o TRE do Pará. Ainda são poucos os tribunais que conseguiram criar seu canal especializado”, aponta a coordenadora. Entre os estados que também já contam com uma Ouvidoria da Mulher, estão Paraná, Ceará, Piauí, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

As servidoras que integram a Ouvidoria vão passar por treinamentos para estarem preparadas para oferecer atendimento humanizado e acolhedor. E também para prover orientação adequada para encaminhamento dos casos para os órgãos competentes, como o Ministério Público Eleitoral e a Delegacia da Mulher.

Os serviços podem ser acessados a qualquer momento por formulário eletrônico, disponível no site do TRE-PA. E ainda, de segunda a sexta, das 8h às 15h, pelo telefone/WhatsApp (91) 985-856-449.

Fonte: TRE-PA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br


Mulher é presa por participação em atos de violação sexual contra a filha em Castanhal

A acusada é investigada pela prática dos crimes de estupro de vulnerável e armazenamento de pornografia infantil

O Liberal

30.07.22 19h40



 A Polícia Civil prendeu, em Castanhal, uma mulher que é investigada pela prática dos crimes de estupro de vulnerável e armazenamento de material que contenha pornografia envolvendo crianças e adolescentes (Divulgação / Ascom Polícia Civil (imagem meramente ilustrativa))

A Polícia Civil prendeu, em Castanhal, no nordeste do Pará, uma mulher que é investigada pela prática dos crimes de estupro de vulnerável e armazenamento de material que contenha pornografia envolvendo crianças e adolescentes. As investigações demonstraram a efetiva participação dela em atos de violação sexual envolvendo sua filha, de apenas 10 anos de idade. Ela agiu em coautoria com um homem que já preso, ainda segundo a Polícia Civil.

A prisão é resultado de trabalho integrado entre a Polícia Civil e Ministério Público do Estado do Pará, da Polícia Científica do Pará e do Conselho Tutelar. E as diligências foram realizadas, na sexta-feira (29), para dar cumprimento a mandados judiciais de prisão e busca e apreensão domiciliar decretados pelo Poder Judiciário da Comarca de Castanhal, contra a mulher que foi presa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Os fatos que resultaram na decretação da custódia cautelar da investigada são decorrentes da continuidade das investigações da Operação Epieos, desencadeada, em 15 de março deste ano, que visou o cumprimento de mandados judiciais de prisão e busca e apreensão contra dois investigados. Eles foram presos naquele mesmo dia 15 e se encontram à disposição da Justiça nos respectivos presídios da Secretaria de Administração Penitenciária.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Salinas: estabelecimento é interditado por tráfico de drogas e poluição sonora; entenda

Agora o estabelecimento está interditado por 30 dias. Forças da Segup seguem investigando o caso

O Liberal

29.07.22 22h25



O estabelecimento foi interditado pela Polícia Civil, em cumprimento a uma decisão judicial (Ascom PCPA)

Um estabelecimento comercial na praia do Atalaia, próximo ao atalho da Sofia, em Salinópolis, nordeste paraense, foi interditado na tarde desta sexta-feira (29). O local já havia sido notificado por tráfico de entorpecentes e poluição sonora. Agentes da Polícia Civil, em ação integrada da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), dentro da **operação "Verão 2022"**, cumpriram a medida judicial.

Em diligências integradas de equipes da Segup, Tribunal de Justiça, Divisão Especializada em Meio Ambiente e Proteção Animal (Demapa) e Divisão de Polícia Administrativa (DPA) foram levantadas, no último domingo (24), suspeitas de tráfico de entorpecentes e poluição sonora, afetando a população do entorno.

Após a diligência, o estabelecimento foi interditado por cinco dias, prazo encerrado nesta sexta (29). Agora, com a interdição, somente com decisão judicial favorável poderá voltar ao funcionamento. “O estabelecimento estava sendo acompanhado ao longo do mês pelos órgãos de segurança. Para que se chegasse a esse ponto foi necessária a integração dos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

órgãos, cada um dentro da sua competência, e a partir daí, com o apoio do Judiciário, podemos tomar essa medida necessária em virtude das infrações que foram praticadas”, informou o coronel Castro Alves, da coordenação da Operação Verão 2022 em Salinópolis.

A decisão de interdição foi baseada na documentação reunida pelos policiais, que identificaram um menor encontrado em coma alcoólica e consumo de drogas, além de quantidade considerável de entorpecentes no local durante a busca realizada no último dia 24. Foi deferida pela Justiça uma interdição por 30 dias, proibindo também qualquer uso de fonte sonora, além de estabelecer multa diária pelo descumprimento de R\$ 100 mil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Criança é estuprada por vizinho enquanto dormia, em Altamira

O suspeito de cometer o crime foi preso pela PM

Lais Santana
31.07.22 22h24



Uma menina de 9 anos foi estuprada enquanto dormia por um homem identificado como Josivan Pimentel Pinto, de 24 anos, na manhã deste sábado (30), no bairro São Domingos, em Altamira, sudoeste do Pará. A Polícia Militar (PM) foi acionada pela família da vítima por volta das 7h30 da manhã.

Ao chegar no local, a guarnição encontrou a mãe da criança acompanhada de outro familiar. De acordo com relato da mãe da vítima à PM, o suspeito teria pedido para que a criança dormisse na casa dele para fazer companhia a esposa, pois ele sairia para trabalhar pela manhã. Mas durante a noite, o suspeito teria dopado a vítima e a esposa, para que ela não percebesse que ele iria praticar o crime. Ainda segundo depoimento, Josivan teria tocado nas partes íntimas da vítima.

Após ocorrência, os policiais fizeram buscas e encontraram o suspeito na casa ao lado, onde efetuaram a prisão.

Em nota, a Polícia Civil informou que o homem foi apresentado na delegacia do município de Altamira, onde foi autuado em flagrante pelo crime de estupro de vulnerável. O acusado foi encaminhado à Secretaria de Administração Penitenciária e está à disposição do Poder Judiciário. O inquérito que investiga o caso corre sob sigilo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



DJ do Super Pop é alvo do MP por soltar fogos em monumento

Oevento Festival de Verão, realizado pela Pref

sexta-feira, 29/07/2022, 13:51 - Atualizado em 29/07/2022, 13:43 - Autor: Elite Admin

O evento Festival de Verão, realizado pela Prefeitura de Muaná, no último final de semana, foi um dos eventos mais aguardados pela população da cidade que integra o Arquipélago do Marajó. Afinal, entre as atrações, nomes conhecidos do meio artístico ganharam destaque, entre eles o DJ de aparelhagem, Juninho Pop, do Super Pop.

Juninho Pop, inclusive, acabou se tornando alvo de um Procedimento Administrativo, na última segunda-feira (25), instaurado pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) justamente após o show no qual participou. O motivo foi a conduta adotada durante o evento, quando subiu em um monumento símbolo da cidade para soltar fogos de artifício.

A ação foi instaurada pela Promotoria de Justiça de Muaná, que disse ter tomado as medidas para apurar a conduta e que o DJ foi notificado para prestar esclarecimentos na próxima semana.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br